

CONGRESSO

Emendão só será votado em 92

Proposta do governo fica fora da lista de projetos a serem votados até o fim do ano

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — Um encontro entre os presidentes da Câmara, Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), e do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), sepultou ontem as chances de o presidente Fernando Collor ver aprovado ainda este ano no Congresso um de seus principais projetos políticos, o Emendão. O conjunto de emendas constitucionais que o governo apresentou como alternativa a um novo choque econômico ficou de fora da lista de projetos que serão votados até fim da legislatura. “É melhor não perder tempo e esquecer”, concluiu Íbsen. “Vamos tirar a matéria da pauta e da cabeça.”

Segundo o diagnóstico dos presidentes da Câmara e do Senado, a culpa pelo esvaziamento do Emendão é dos parlamentares ligados a Collor. “As lideranças do governo têm de articular a matéria”, reclamou Benevides. “Não há chance de aprovação das emendas sem um acordo entre governo e oposição.” Em cinco semanas, desde que chegou ao Congresso pelas mãos do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o Emendão foi retalhado e não conseguiu passar pelo primeiro teste — o da admissibilidade — na Comissão de Constituição e Justiça. O prazo previsto pelo regimento é de cinco dias. “Falei para o Humberto Souto (líder do governo na Câmara) que assim não vai”, afirmou o deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB). “Os governistas só aparecem na comissão empurrados.”

São quase oito meses de conversa jogados fora. No primeiro aniversário do governo, o presidente Fernando Collor lançou o Projeto — pai do Emendão — com o objetivo de abrir a economia à iniciativa privada e aos investimentos estrangeiros, e reduzir gastos do Estado. A falta de fôlego do projeto foi justificada oficialmente pela troca do comando da equipe econômica, com a queda da ministra Zélia Cardoso de Mello.

Refinanciamento — Seis meses depois, logo após as mudanças na Constituição terem sido defendidas pelo então chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), José Fajgenbaum, o presidente voltou à carga com o Emendão. O esboço da proposta foi anunciado junto com um programa para o refinanciamento das dívidas dos Estados e uma ameaça: “São medidas necessárias para que se evite mais uma derrota do plano econômico.” Mais de um mês de reuniões, incluindo a con-



Alívio em dobro

Íbsen (direita), com Benevides: “Vamos tirar a matéria da pauta e da cabeça”

vocação do Conselho da República, não foi suficiente para garantir apoio à proposta.

No texto que acabou encaminhado ao Congresso em setembro — a 21ª versão — Collor reduziu a praticamente à metade sua pretensão de mudar dispositivos da Constituição de 1988: da proposta original de mudar 44 artigos da Carta, o governo enviou um projeto que mexia em 24. A estratégia do Planalto de obter a apreciação em bloco das mudanças, contudo, foi logo frustrada pela divisão em cinco emendas imposta pelos parlamentares. A apreciação em separado das propostas facilitaria os mecanismos de obstrução dos oposicionistas.

Mesmo assim, o presidente acreditava que o eixo do Emendão — a reforma tributária — pudesse ser aprovado até o fim do ano. Os presidentes da Câmara e do Senado, no entanto, já mandaram um recado ao Planalto: não adianta convocar extraordinariamente o Congresso durante o recesso para votar as emendas. “O Emendão não está sofrendo de falta de tempo, mas de falta de apoio”, disse Íbsen.

José Varella/AE